

### II.5.3.6 Identificação de Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Seus conhecimentos, inovações e práticas tradicionais são gerados e transmitidos de geração em geração, de acordo com o Decreto nº 6.040 de 2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades.

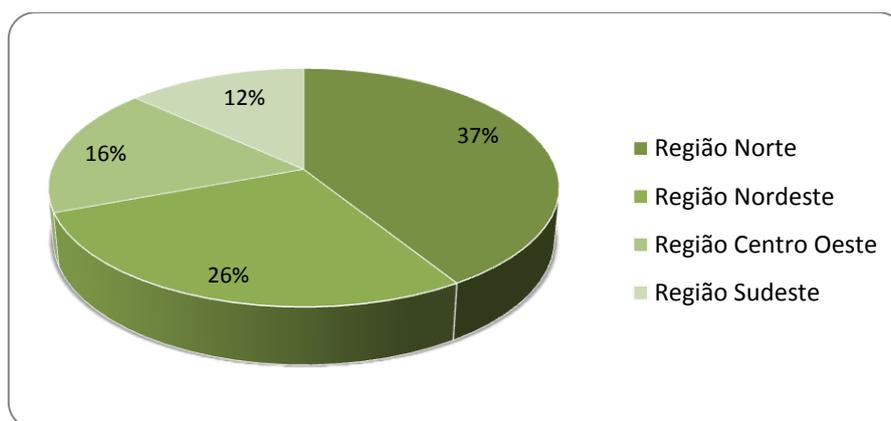
A partir desta definição e das orientações do TR 30/2014 são apresentadas as principais características dos povos e comunidades tradicionais presentes na área de estudo. São citadas as comunidades indígenas, quilombolas e povos e comunidades de matriz africana. O detalhamento da pesca artesanal por comunidades foi apresentado no item II.5.3.4 e extrativismo no item II.5.3.5.

O **Mapa II.5.3.6.1** com a indicação dos povos e comunidades tradicionais nos municípios da área de estudo é apresentado ao final deste item.

#### ➤ Comunidades indígenas

A Constituição Federal Brasileira trata de forma destacada a temática indígena, apresentando no parágrafo 1º do Art. 231 o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, definidas como sendo: *aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições"*.

Segundo dados do IBGE (2010), os povos indígenas estão presentes em todas as regiões administrativas do país, sendo que a maior concentração é identificada na Região Norte e a segunda maior é a Região Nordeste (**Figura II.5.3.6.1**).



**FIGURA II.5.3.6.1 – Distribuição dos povos indígenas do Brasil, por região administrativa.**



A partir dos levantamentos de dados primários (AECOM, 2013, 2014 e 2015) e dados secundários oficiais disponíveis no sítio eletrônico da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2015), foram identificados os municípios da área de estudo em que há presença de povos indígenas. A **Tabela II.5.3.6.1** apresenta a distribuição da população indígena nos municípios da área de estudo, segundo dados do IBGE (2010), e sua respectiva proporção em relação à população total residente.

**TABELA II.5.3.6.1 - População indígena residente nos municípios da área de estudo em 2010.**

ESTADO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO INDÍGENA	%
Ceará	Fortim	14.817	-	-
	Itarema	37.471	2.258	6,03%
	Acaraú	57.551	193	0,34%
	Camocim	60.158	33	0,05%
	Beberibe	49.311	10	0,02%
Piauí	Luís Correia	28.406	19	0,07%
	Parnaíba	145.705	244	0,17%
Maranhão	Alcântara	21.851	32	0,15%
	Barreirinhas	54.930	15	0,03%
	Cajapió	10.593	-	-
	Cedral	10.297	11	0,11%
	Cururupu	32.652	53	0,16%
	Guimarães	12.081	3	0,02%
	Humberto de Campos	26.189	13	0,05%
	Icatu	25.145	2	0,01%
	Paço do Lumiar	105.121	76	0,07%
	Paulino Neves	14.519	-	-
	Primeira Cruz	13.954	-	-
	Raposa	26.327	19	0,07%
	Santo Amaro do Maranhão	13.820	1	0,01%
	São José de Ribamar	163.045	196	0,12%
	São Luís	1.014.837	1.815	0,18%
	Tutóia	52.788	19	0,04%
Pará	Augusto Corrêa	40.497	5	0,01%
	Belém	1.393.399	1.893	0,14%
	Bragança	113.227	42	0,04%
	São João de Pirabas	20.647	2	0,01%
	Vigia	47.889	9	0,02%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. (-) Informações não disponíveis na fonte de consulta.

A situação fundiária das terras ocupadas pelos indígenas é legislada pelo Estatuto do Índio, instituído pela Lei nº 6.001 de 1973 e pela Constituição Federal de 1988. Os procedimentos administrativos de demarcação, com o propósito de preservar a sua cultura e integrar as comunidades são regulamentados pelo Decreto n.º 1775/96. Nos termos das legislações vigentes, as terras indígenas podem ser classificadas em quatro modalidades conforme apresentado na **Tabela II.5.3.6.2**.



**TABELA II.5.3.6.2 – Situação fundiária das terras indígenas no país.**

MODALIDADE	DEFINIÇÃO	Nº DE TERRAS EXISTENTES NO TERRITÓRIO NACIONAL
Tradicionalmente Ocupadas	Terras de direito originário dos povos indígenas.	542
Reservas Indígenas	Terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas.	31
Terras Dominiais	Terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.	6
Interditadas	Áreas interditadas pela FUNAI para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área.	4

Fonte: FUNAI, (2015). Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> Acesso em 3 de novembro de 2015.

Os dados disponibilizados pela FUNAI indicam a existência de três territórios indígenas na área de estudo. Estes são classificados como terras de direito originário dos povos indígenas, ou seja, Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas. Todas as Terras Indígenas situadas nos limites da área de estudo pertencem à etnia Tremembé e estão localizadas no estado do Ceará, nos municípios de Itarema e Acaraú, a saber: Córrego João Pereira, Tremembé de Queimadas e Tremembé de Almofala.

A **Tabela II.5.3.6.3** apresenta as características das terras indígenas identificadas na área de estudo. A tabela também apresenta a situação fundiária das mesmas, atividade econômica realizada, a forma de trabalho, organização social e parcerias com instituições.



**TABELA II.5.3.6.3 – Descrição das comunidades indígenas identificadas na área de estudo - Situação Fundiária, Atividade Econômica, Forma de trabalho, Organização, social e parcerias com instituições.**

MUNICÍPIO/ ESTADO	TERRAS INDÍGENAS	ETNIA	ALDEIAS	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	FORMA DE TRABALHO	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES
Acaraú/CE	Córrego João Pereira	Tremembé	Telhas	Tradicionalmente ocupada  <u>Status:</u> Regularizada	Agricultura de subsistência, caça, pesca, coleta e colheita de frutos, com as festas em época de safra. Criação de animais, aves e produção artesanal de traçados, cerâmicas, tecelagem e bijuterias complementando a renda familiar.	Atividade de subsistência com venda do excedente da pesca, agricultura, plantio de mandioca, milho e feijão em pequenos roçados próximos às moradias.	Associação Missão Tremembé, Comissão da Terra, Conselho dos Índios Tremembé de Queimadas (CITQ). Comissão da Terra, Conselho Indígena da Aldeia de Telhas, Conselho dos Índios Tremembé do Córrego das Telhas, Sociedade Indígena Tremembé Córrego João Pereira (SITCJP).	Informação não obtida nas entrevistas de campo e nas fontes consultadas.
Acaraú/CE	Tremembé de Queimadas		Tremembé de Queimadas	Tradicionalmente ocupada  <u>Status:</u> Declarada			Comissão da Terra, Conselho Indígena Tremembé de Almofala (CITA).	
Itarema/CE	Tremembé de Almofala		Tremembé de Almofala	Tradicionalmente ocupada.  <u>Status:</u> Delimitada				

Fonte: ISA – Tremembé; ISA – Terra Indígena Córrego João Pereira; ISA – Povos Indígenas do Brasil: (ISA) Instituto Socioambiental, 2015.



### ➤ **Comunidades Quilombolas**

Conforme o Art. 2º do Decreto nº 4887/03, “*consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*”.

A regularização fundiária das áreas remanescentes de quilombo é executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário), em parceria com os Institutos de Terras Estaduais e em diálogo com a Fundação Cultural Palmares e o Ministério Público. Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre a autodefinição das comunidades, obedecendo às normas específicas desse órgão (Portaria da FCP nº 98, de 26/11/2007). Neste processo, os territórios quilombolas são divididos em três categorias:

- **Comunidades quilombolas identificadas:** são aquelas que se reconhecem como remanescentes de quilombos, que estão ou não em processo de regularização fundiária;
- **Comunidades quilombolas certificadas:** são aquelas que obtiveram a certidão pela Fundação Cultural Palmares;
- **Comunidades quilombolas tituladas:** são aquelas que obtiveram o título de propriedade junto ao INCRA.

Os remanescentes das comunidades dos quilombos atualmente conformam um universo estimado em mais de 3.000 comunidades quilombolas no Brasil, sendo 1.654 apenas no Maranhão, estado com o maior número de comunidades quilombolas registradas no Brasil. Em 2012, foram certificadas 2.040 comunidades quilombolas, das quais 63% delas estão localizadas no Nordeste do país (SEPPPIR, 2013).

Para o levantamento de informações sobre comunidades quilombolas privilegiou-se a apresentação de informações oficiais e disponíveis no banco de dados da Fundação Cultural Palmares.

A **Tabela II.5.3.6.4** apresenta as características das comunidades quilombolas identificadas na área de estudo. A tabela também apresenta a situação fundiária das mesmas, atividade econômica realizada, a forma de trabalho, organização social e parcerias com instituições.



**TABELA II.5.3.6.4 – Descrição das comunidades quilombolas identificadas na área de estudo – Situação Fundiária, Atividade Econômica, Forma de trabalho, Organização, social e parcerias com instituições.**

MUNICÍPIO/ ESTADO	COMUNIDADE	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	FORMA DE TRABALHO	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES
Acaraú/CE	Córrego dos Lús	Certificada em 10/12/2014	Informação não obtida nas entrevistas de campo e nas fontes consultadas.	Informação não obtida nas entrevistas de campo e nas fontes consultadas.	Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombolas de Córrego dos Lús.	Fundação Cultural Palmares e INCRA.
Paulino Neves/MA	Canto do Lago	Certificada em 04/11/2010	Informação não obtida nas entrevistas de campo e nas fontes consultadas.	Informação não obtida nas entrevistas de campo e nas fontes consultadas.	Informação não obtida nas entrevistas de campo e nas fontes consultadas.	Fundação Cultural Palmares, Defensoria Pública Estadual do Maranhão (DPE-MA), Defensoria Pública da União (DPU), INCRA, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA).
Barreirinhas/ MA	Cantinho	Certificada em 30/07/2013	Produção de doces a partir do beneficiamento do caju e buriti e de outros frutos silvestres além de artesanato com fibra de carnaúba e buriti.	As mulheres são artesãs e principais responsáveis pelas atividades do lar. Elas são fundamentais na economia local, pois são responsáveis pela produção de artesanato de fibra de carnaúba e buriti, atividade de grande importância na composição da renda familiar. A maioria das mulheres também é agricultora. Os homens são lavradores e extraem a matéria-prima fundamental para a produção do artesanato local realizado pelas mulheres.	Coopabela	Fundação Cultural Palmares, BID e Banco do Nordeste. PRODETUR-NE, Ministério do Turismo (MTur), Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), INCRA.



MUNICÍPIO/ ESTADO	COMUNIDADE	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	FORMA DE TRABALHO	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES
Barreirinhas/ MA	Santo Antônio	Certificada em 24/05/2013	Produção de aguardente de cana e açúcar.	Forma de trabalho baseada na agricultura familiar.	Informação não obtida nas entrevistas de campo e nas fontes consultadas.	Fundação Cultural Palmares e INCRA.
Barreirinhas/ MA	Santa Rita	Aguardando visita técnica	Agricultura, principalmente de arroz.	Forma de trabalho baseada na agricultura familiar sem separação de função entre homens e mulheres.	Informação não obtida nas entrevistas de campo e nas fontes consultadas.	Fundação Cultural Palmares e INCRA.
Barreirinhas/ MA	Cabeceira do Centro	Aguardando visita técnica	Agricultura, principalmente de arroz.	Forma de trabalho baseada na agricultura familiar sem separação de função entre homens e mulheres.	Informação não obtida nas entrevistas de campo e nas fontes consultadas.	Fundação Cultural Palmares e INCRA.
Barreirinhas/ MA	Santa Cruz	Aguardando visita técnica	Agricultura, principalmente de arroz.	Forma de trabalho baseada na agricultura familiar sem separação de função entre homens e mulheres.	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Fundação Cultural Palmares.

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo - Terras Quilombolas; Fundação Cultural Palmares; UNIFAP- Patrimônio Cultural Quilombola (2015); MMA (2007).



O município de Alcântara se destaca como um dos polos de cultura africana. Segundo a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 85% dos habitantes deste município são descendentes de quilombolas (CPISP, 2014). Articulados com diversas instituições e movimentos sociais, os quilombolas de Alcântara lutam por seus direitos com o apoio de diversas organizações, como a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e o Ministério Público Federal.

Foram identificadas 185 comunidades quilombolas em Alcântara na base de dados da Fundação Cultural Palmares (FCP, 2014), todas localizadas na zona rural do município. Em levantamento de dados primários e secundários não foram encontradas informações sobre a atividade econômica realizada, forma de trabalho, situação fundiária, organização social e parcerias estabelecidas de forma específica para cada um dos quilombos deste município. O levantamento da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP, 2015) sobre a história e modo de vida nos quilombos de Alcântara apresenta as informações de maneira sumarizada e a **Tabela II.5.3.6.5** apresenta a consolidação destas informações.

**TABELA II.5.3.6.5 – Descrição das comunidades quilombolas identificadas no município de Alcântara - Situação Fundiária, Atividade Econômica, Forma de trabalho, Organização, social e parcerias com instituições.**

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	FORMA DE TRABALHO	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES
Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) em elaboração para a maior parte das terras do município de Alcântara.	Cultivo de frutas diversas, roças de arroz, feijão, milho e mandioca. Algumas famílias também se dedicam à extração de sururu no mangue.	Forma de trabalho baseada na agricultura familiar.	Movimento de Atingidos pela Base de Alcântara Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão Centro de Cultura Negra do Maranhão Sociedade Maranhense de Direitos Humanos Rede Social de Justiça e Direitos Humanos Fundação Cultural Palmares INCRA.

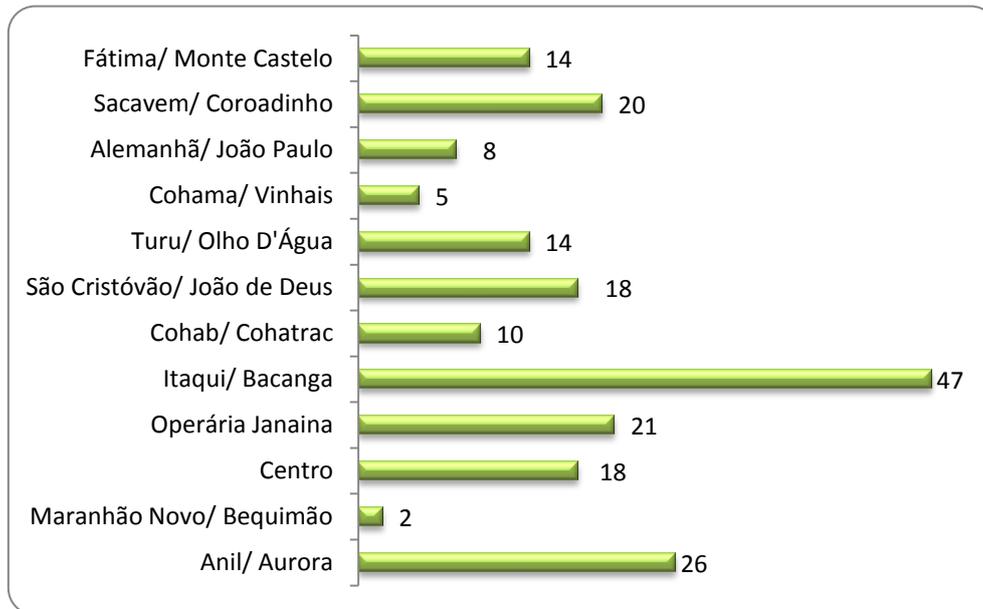
Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP, 2015). Disponível em:

[http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/ma\\_comunidades\\_alcantara.html](http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/ma_comunidades_alcantara.html). Acesso em 05 de novembro de 2015.

### ➤ Povos Tradicionais de Matriz Africana

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (SEPPPIR, 2013), povos de Matriz Africana são definidos como “*grupos que se organizam a partir de valores trazidos para o país por africanos, que possibilitou um contínuo civilizatório no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade*”.

Em relação à presença de comunidades de Matriz Africana na área de estudo, os resultados do projeto *Mapeamento de Terreiros*, elaborado em 2012 pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Governo Federal (SEPPIR), indicam a presença de comunidades somente no município de São Luís, que contabiliza 203 terreiros oficiais de matriz africana. A **Figura II.5.3.6.2** apresenta a distribuição dos povos tradicionais de Matriz Africana na região de São Luís.



**FIGURA II.5.3.6.2 – Distribuição das comunidades de matriz africana em São Luís.**

Fonte: SEPPIR (2012).

Embora o Governo Federal tenha executado esforços para qualificar os povos e comunidades tradicionais de Matriz Africana como grupos tradicionais, ainda há poucas informações disponíveis que possibilitem um maior detalhamento das características das comunidades identificadas, tais como atividade econômica realizada, forma de trabalho, organização social, solicitado pelo TR 30/14. Em relação a parcerias estabelecidas, destaca-se a atuação dos órgãos governamentais por meio das Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e em maior destaque para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, instituída no ano de 2003 junto com o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR, 2013).



### **MAPA II.5.3.6.1 – Comunidades tradicionais na área de estudo**